



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

TROPEIRISMO E TRABALHO: SOB O PONTO DE VISTA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Maris Stella Schiavo Novaes
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Endereço eletrônico: marestelares@gmail.com

José Cláudio Alves de Oliveira
Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Endereço eletrônico: claudius@ufba.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte da pesquisa sobre Tropeirismo que se encontra em andamento, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, na linha de pesquisa Patrimônio e Comunicação. O projeto objetiva contribuir com a valorização e reconhecimento do Tropeirismo compreendido sob o paradigma interdisciplinar da folkcomunicação, enquanto elemento de mediação e fenômeno social, que se desenvolve sob a dialética da duração, como patrimônio cultural brasileiro e musealizado no cotidiano, na cidade de Vitória da Conquista- BA.

O recorte que se pretende considerar neste artigo oportuniza uma janela reflexiva sobre uma problemática que, não necessariamente, será tratada na dissertação do mestrado acima citado, mas cujo referencial bibliográfico de consulta evidenciou considerável importância e volume, que justificam a viabilidade desta comunicação. Que se propõe a provocar interesses de investigação em torno da invisibilidade do tropeirismo como ofício de trabalho, sob o ponto de vista da história da Educação no Brasil.

Em autores como Caio Prado Jr. (2001), Alúcio de Almeida (1981) e Jorge Caldeira (1968), está descrito, em forma de consenso, que o tropeirismo é um subsistema circunscrito aos limites da economia, notabilizando como um fenômeno sócio-histórico. Mediante especificidades entres os autores e teorias, é inegável afirmar que, na historiografia brasileira, o tropeirismo surgiu oficialmente a partir do período colonial, mais precisamente, durante o ciclo da mineração, e se estendeu do Império à República, sendo extinto no ciclo do café. Tendo por referência o entendimento de Caldeira (1968),

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



por contingências político-sociais e por dever de ofício, é possível considerar que o direito de frequentar o ambiente escolar foi negado ao agente tropeiro.

Apesar da longa duração e reconhecido grau de importância histórica do tropeirismo, por que não se observam estudos que evidenciem a obstrução desses direitos, e quais as consequências da exclusão podem ser consideradas ainda presentes na história da Educação no Brasil? As oportunidades que se abrem neste colóquio objetivam apresentar esta provocação, no sentido de despertar interesse de outros pesquisadores sobre esses e outros pontos obscuros no entorno dessa atividade, executada de forma artesanal e tratada como tema marginalizado na história pedagógica brasileira.

METODOLOGIA

A metodologia de investigação desta comunicação conta com fontes primárias de referência nas áreas da história e da pedagogia. Objetivou-se com essa abordagem uma breve fundamentação histórica e de teóricos das áreas. Segundo essas fontes, a instrução colonial e imperial, a cargo dos jesuítas, foi executada mediante a pedagogia da *Ratio Studiorum*, “estritamente vinculada à política colonizadora dos portugueses” (RIBEIRO, 1984, p.24) que privilegiava a prole de senhores de engenho e dos colonos, sendo que para escravos africanos e indígenas era destinado a catequese. A prioridade pedagógica era afirmar valores da sociedade aristocrática, quer “como método e como filosofia, pela reafirmação da autoridade, quer da Igreja, quer dos antigos” (ROMANELLI, 1978, p.34).

Com a expulsão dos jesuítas, ocorrida no período pombalino, a educação brasileira vivenciou intensa ruptura e instaurou um novo modelo. Desta feita, a escola se destinava aos fins do Estado e não mais aos interesses religiosos (PILETTI, 1992, p.36). Contudo, não ocorreram mudanças estruturais, nem favorecimento de classes excluídas. Os privilégios foram mantidos e as ações educativas até hoje no Brasil seguem curso idêntico ao de seu início, sendo sempre o ensino de qualidade para favorecimento de poucos. O ensino público, quando não inexistente, é processado em crise constante.

Como dito, sob a orientação dos postulados e das ações dos padres da Companhia de Jesus, a educação escolarizada instituiu suas bases fundamentadas nos regimes europeus, onde o trabalho era visto como degradante perante o *status* social, estratificado entre nobres e plebeus. Nessas condições, portanto, o trabalho manual era ainda mais



estigmatizado, considerado como uma atividade menor, propensão reservada aos escravos e às pessoas sem títulos ou grau de importância. Ou seja, a maior parcela da população brasileira. Nesse segmento estavam os tropeiros, com seu trabalho braçal e nômade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos referenciais utilizados, pode-se presumir que resulta das práticas adotadas pela lógica religiosa-administrativa da corte portuguesa, que com as alterações políticas e de conjuntura econômica, edificaram-se distinções entre trabalho manual e intelectual. Ao abordar o distanciamento formal, os meios e finalidades da instituição escolar, Mariano Enguita (1989, p. 237) mostra que a dissociação entre trabalho manual e trabalho intelectual fez com que fossem gerados valores diferenciados, com os quais as pessoas se identificam predominantemente na sociedade. Nas condições apontadas, o tropeirismo ficou estigmatizado como atividade de gente rude, analfabeta. E, muito possivelmente, essa distinção ainda se mantém.

A partir do século XIX, quando no Brasil, a estratificação social ficou mais complexa, começou a se acentuar a presença de uma camada intermediária, mais voltada para a vida urbana e para as práticas comerciais já intensificadas desde a mineração, do trânsito das tropas e da movimentação do mercado interno. A ascensão da camada média forçou a demanda escolar, que até então era restrita basicamente à classe oligárquico-rural, instituindo, assim, uma nova mentalidade cultural. Mais uma vez, os tropeiros ficaram à margem.

O sistema tropeirista se constituiu dentro de um ambiente que adequava a filosofia e a pedagogia dos jesuítas à racionalidade quanto ao funcionalismo sociológico da educação, sistematizados numa concepção de valorização burguesa. Ou seja, priorizando o mundo do trabalho e o comércio de mercadorias. Nesse contexto, a função social da escola para Romanelli (1978, p.46) era: “fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a inteligência”. E, nesse quadro funcional, não havia distinção de qualificação para os agentes tropeiros.

A partir do funcionalismo, quando a escola passa a ser considerada o *locus* de formação responsável por implementar a concepção de progresso e harmonia na



sociedade, pode-se dizer que restava ao segmento tropeiro, sendo em sua maioria composto por analfabetos, preencher um lugar de subalternidade dentro do que se denomina divisão social do trabalho. Aliados da escola, desenvolveram conhecimento empírico e aliado ao senso comum.

CONCLUSÕES

Tropeirismo é o derivativo que identifica as relações sociais, que se configuram como práticas culturais em torno da ação dos tropeiros, tanto na condução de tropas de animais em pé, gado, mulas, porcos, quanto juntos a animais cargueiros utilizados no sistema de transporte de mercadorias. No meio tropeiro, a questão da sobrevivência era imediata e o ofício, geralmente, transmitido de pai para filho. A história do tropeirismo se construiu sob as bases de universo particular, centrado numa observação circunscrita ao dia-a-dia dos agentes, que não alcançados pelos propósitos da escolástica ou incorporados à pedagogia do estado português, se viram na necessidade de através da capacidade criativa e cognitiva, desenvolver outras habilidades de enfrentamento de compensação à falta da formação escolar.

Para Caldeira, a falta de escolaridade não chegou a ser grande impedimento no trato diário da vida tropeira, pois eram exímios negociadores, principalmente no processo da compra e venda de animais. A conformidade do autor, diante do quadro ilustrado, exige melhor aprofundamento e segura problematização, pois naturaliza a distorção. A discrepância no ensino é promotor direto da desigualdade e da alienação que tanto atrasa o Brasil. Atraso esse que, em boa medida, é atribuído a categorias, ou é tratado de forma alienante, como o fez Jorge Caldeira e seus consensos.

Não se pode negar que, diante de todas as impossibilidades, os tropeiros desenvolveram métodos próprios de aprendizagem. Tanto porque, educação não é privilégio da escola, mas um processo de humanização a se desenvolver pela vida inteira, e em todos os lugares, ocorrendo, portanto, nas mais variadas situações e meios, e não só no espaço institucionalizado. Entretanto, concluímos nesta breve comunicação, tendo o tropeirismo por vetor reflexivo, que o projeto educacional brasileiro se edifica pela manutenção de privilégios corporativistas, segmentário e classista desde o período colonial. Seguimos nesse raciocínio, em conformidade com Gadotti (1987, p.9), que



entende educação como “subsistema que, dentro de uma sociedade de classes, exerce um papel ideológico, o de ocultar o projeto social e econômico da classe dominante”. E, nesse sentido, pelo ponto de vista da história, obscurecer agentes, culpabilizar ou alienar sujeitos, dentro do processo educacional, como o fez Caldeira e demais autores, é só parte da estratégia.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Brasileira; Estrutura de Classe; Ofício; Tropeiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte de tropeiro**. São Paulo: Martins Editora, 1981.

CALDEIRA, Jorge. **Viagem pela História do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1968.

ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: Cortez & Autores Associados, 1987.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 1997.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira**. A organização escolar. São Paulo: Editora Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1987.